

EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

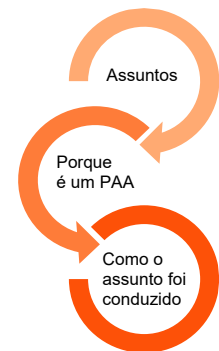
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de

Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura (Notas 10, 24 e 30.1.3)</p> <p>A Companhia possui operações de compra e venda de energia futura e tais operações enquadram-se na definição de instrumentos financeiros derivativos de acordo com o CPC 48 (IFRS9). As variações do valor justo dos contratos de compra e venda de energia no período, a partir da data dos respectivos contratos, são registradas no balanço patrimonial e resultado do exercício.</p> <p>A determinação do valor justo desses contratos para as mensurações iniciais e posteriores demandam o estabelecimento de modelo financeiro com a utilização de dados e premissas que exigem julgamentos da administração e podem impactar as demonstrações financeiras, tais como os preços de liquidação das diferenças (PLD) sensibilizados e os preços de referência de energia (curva <i>forward</i>).</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados à determinação do valor justo na marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia futura.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em valorização de instrumentos financeiros, testamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos contratos de compra e venda de energia futura, tais como os preços de liquidação das diferenças (PLD) sensibilizados e os preços de referência de energia (curva <i>forward</i>), comparando com informações disponíveis e observáveis e outros dados externos observáveis utilizados.</p>



EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função dos montantes envolvidos e julgamentos significativos que envolvem a estimativa do valor justo na marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia.	Adicionalmente, recalculamos o valor justo dos contratos e avaliamos as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas. Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela Diretoria são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das



EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

EDP TRADING COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	75.065	100.728	85.958	162.950
Consumidores e concessionárias	6	398.309	270.095	402.208	283.137
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	38.537	27.703	38.537	27.704
Outros tributos compensáveis	7	5.362	13.494	5.572	14.111
PIS e COFINS diferidos	8	145.411	66.886	145.411	66.886
Instrumentos Financeiros Derivativos	30.1.3	13.967		13.967	
Dividendos a receber	19	72.964	42.851		
Estoques				228	277
Cauções e depósitos vinculados	12	1.860	1.751	1.863	1.754
Ativos da concessão	13			46.330	90.394
Compromissos futuros	10	1.651.535	937.186	1.651.535	937.186
Outros créditos	11	401	355	899	1.507
		<u>2.403.411</u>	<u>1.461.049</u>	<u>2.392.508</u>	<u>1.585.906</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda	14	476.638		553.011	
Total do Ativo Circulante		<u>2.880.049</u>	<u>1.461.049</u>	<u>2.945.519</u>	<u>1.585.906</u>
Não circulante					
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	6.213	2.412	6.213	2.412
Outros tributos compensáveis	7	5.734	5.734	7.184	7.184
Outros tributos diferidos	8	181.244	63.044	181.244	63.044
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.4		59.000		
Cauções e depósitos vinculados	12	12.686	11.901	16.114	24.147
Ativos da concessão	13			862.190	1.089.614
Compromissos futuros	10	2.179.087	780.134	2.179.087	780.134
Outros créditos	11	987	991	987	994
		<u>2.385.951</u>	<u>923.216</u>	<u>3.253.019</u>	<u>1.967.529</u>
Investimentos	15.1	804.157	1.102.335	1.498	1.498
Imobilizado	16	367	477	833	878
Intangível	17	14.598	15.503	14.625	73.955
		<u>819.122</u>	<u>1.118.315</u>	<u>16.956</u>	<u>76.331</u>
Total do Ativo Não circulante		<u>3.205.073</u>	<u>2.041.531</u>	<u>3.269.975</u>	<u>2.043.860</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>6.085.122</u>	<u>3.502.580</u>	<u>6.215.494</u>	<u>3.629.766</u>
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	18	388.347	268.107	390.606	292.815
Debêntures	20	13.967	13.467	13.967	13.467
Empréstimos e financiamentos	21		18.579		18.579
Instrumentos Financeiros Derivativos	30.1.3	32.277	11.004	32.277	11.004
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7			636	1.275
Outros tributos a recolher	7	2.607	11.904	3.088	13.682
PIS e COFINS diferidos	8	152.767	86.690	154.264	89.988
Dividendos	19	54.242	46.402	54.242	46.402
Provisões	22			1.477	1.959
Compromissos futuros	10	1.572.007	723.096	1.572.007	723.096
Outras contas a pagar	11	4.109	2.402	16.299	8.064
		<u>2.220.323</u>	<u>1.181.651</u>	<u>2.238.863</u>	<u>1.220.331</u>
Passivos não circulantes mantidos para venda	14			45.373	
Total do Passivo Circulante		<u>2.220.323</u>	<u>1.181.651</u>	<u>2.284.236</u>	<u>1.220.331</u>
Não circulante					
Debêntures	20	533.634	511.445	533.634	511.445
Empréstimos e financiamentos	21		183.055		183.055
Instrumentos Financeiros Derivativos	30.1.3	2.836	56.907	2.836	56.907
Outros tributos diferidos	8	201.820	72.380	233.236	112.149
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	66.926	76.062	94.698	112.404
Provisões	22	2.122	2.383	6.634	11.139
Compromissos futuros	10	1.959.398	681.560	1.959.398	681.560
Outras contas a pagar	11	34.491	1.098	37.250	4.737
Total do Passivo Não circulante		<u>2.801.227</u>	<u>1.584.890</u>	<u>2.867.686</u>	<u>1.673.396</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23.1	586.679	384.679	586.679	384.679
Reservas de lucros	23.3	476.893	351.360	476.893	351.360
Total do Patrimônio líquido		<u>1.063.572</u>	<u>736.039</u>	<u>1.063.572</u>	<u>736.039</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>6.085.122</u>	<u>3.502.580</u>	<u>6.215.494</u>	<u>3.629.766</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRADING COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas	24	4.194.470	3.027.131	4.468.113	3.369.907
Custo do serviço de energia elétrica	26				
Custo com energia elétrica		(4.041.938)	(2.921.137)	(4.041.938)	(2.921.137)
Custo de operação		(2.923)	(8.387)	(28.783)	(20.525)
Custo do serviço prestado a terceiros		(597)	(355)	(90.249)	(141.599)
		<u>(4.045.458)</u>	<u>(2.929.879)</u>	<u>(4.160.970)</u>	<u>(3.083.261)</u>
Lucro bruto		149.012	97.252	307.143	286.646
Despesas e Receitas operacionais	26				
Despesas com vendas		(7.445)	(1.084)	(8.210)	(1.084)
Despesas gerais e administrativas		(18.546)	(12.178)	(21.966)	(16.329)
Outras despesas e receitas operacionais		(32.855)	120	(32.746)	288
		<u>(58.846)</u>	<u>(13.142)</u>	<u>(62.922)</u>	<u>(17.125)</u>
Resultado das participações societárias		149.024	177.267		
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		239.190	261.377	244.221	269.521
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		16.060	22.098	24.542	26.913
Despesas financeiras		(77.714)	(99.318)	(79.926)	(100.727)
		<u>(61.654)</u>	<u>(77.220)</u>	<u>(55.384)</u>	<u>(73.814)</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		177.536	184.157	188.837	195.707
Tributos sobre o lucro	28				
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.675		(3.508)	(3.238)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9.136	11.221	4.018	2.909
		<u>11.811</u>	<u>11.221</u>	<u>510</u>	<u>(329)</u>
Resultado líquido do exercício		189.347	195.378	189.347	195.378
Resultado por ação atribuível aos acionistas	29				
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)					
ON		5,80712	5,99209	5,80712	5,99209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRADING COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado líquido do exercício	189.347	195.378	189.347	195.378
Resultado abrangente do exercício	189.347	195.378	189.347	195.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRADING COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)



	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	221.679	277.166	-	498.845
Aumento de capital - AGE de 01/10/2024	93.000			93.000
Aumento de capital - AGE de 30/12/2024	70.000	(70.000)		-
Dividendos obrigatórios - AGE de 30/04/2024		102.234		102.234
Reversão de Dividendos - RCA de 12/12/2024		(102.234)		(102.234)
Lucro líquido do exercício			195.378	195.378
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		9.769	(9.769)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA de 23/12/2024			(31.877)	(31.877)
Dividendos obrigatórios			(19.307)	(19.307)
Dividendos adicionais propostos		134.425	(134.425)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	384.679	351.360	-	736.039
	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	384.679	351.360	-	736.039
Aumento de capital - AGE de 13/11/2025	202.000			202.000
Lucro líquido do exercício			189.347	189.347
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		9.467	(9.467)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA de 22/12/2025			(63.814)	(63.814)
Lucro do exercício a deliberar		116.066	(116.066)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	586.679	476.893	-	1.063.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRADING COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		177.536	184.157	188.837	195.707
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Tributos diferidos		(1.208)	(2.074)	4.344	1.636
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		7.445	1.084	8.210	1.084
Remuneração dos Ativos da concessão				(111.598)	(94.981)
Margem na construção				(5.688)	(9.389)
Reajuste Anual				(35.419)	30.309
Depreciações e amortizações		4.936	2.301	7.149	5.041
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		73.459	98.798	73.564	98.798
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(269)	576	1.946	1.165
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				256	365
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo		13.447	22.736	13.447	22.736
Resultado de participações societárias		(149.024)	(177.267)		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(4.180)	(14.891)	(4.171)	(14.787)
Outros		(1.019)	(1.203)	(2.171)	(2.187)
		<u>121.123</u>	<u>114.217</u>	<u>138.706</u>	<u>235.497</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Consumidores e concessionárias		(135.659)	(8.316)	(135.004)	(13.418)
Ativos da concessão				118.200	83.548
Outros tributos compensáveis		5.357	41.460	3.196	39.159
Estoques				(43)	(224)
Cauções e depósitos vinculados		147	363	336	2.241
Outros ativos operacionais		(42)	(292)	(2.008)	(811)
		<u>(130.197)</u>	<u>33.215</u>	<u>(15.323)</u>	<u>110.495</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		122.599	22.103	100.267	20.789
Outros tributos a recolher		(4.334)	9.793	(4.483)	11.783
Encargos setoriais				(104)	(156)
Provisões		8	(66)	(1.571)	(3.945)
Outros passivos operacionais		33.371	(470)	43.913	4.782
		<u>151.644</u>	<u>31.360</u>	<u>138.022</u>	<u>33.253</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais					
		<u>142.570</u>	<u>178.792</u>	<u>261.405</u>	<u>379.245</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.052)	(16.077)	(24.374)	(18.421)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais					
		<u>122.518</u>	<u>162.715</u>	<u>237.031</u>	<u>360.824</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		92.851	1.452		
Adiantamento para futuro aumento de capital		(88.400)	(59.000)		
Aumento de capital social em subsidiárias		(5.000)	(50.547)		
Adições aos Ativos da concessão				(136.292)	(253.586)
Adições ao ativo financeiro indenizável				(267)	(506)
Adições ao Imobilizado e Intangível		(3.804)	(4.049)	(4.270)	(4.070)
Caixa e equivalentes de caixa - Investimento mantido para venda				(29.330)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento					
		<u>(4.353)</u>	<u>(112.144)</u>	<u>(170.159)</u>	<u>(258.162)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital social líquido do custo de emissão		202.000		202.000	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(46.402)	(35.378)	(46.402)	(35.378)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			690.095		690.095
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures		(210.434)	(623.313)	(210.434)	(623.313)
Pagamentos de encargos de dívidas		(88.735)	(26.883)	(88.735)	(26.883)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(257)	(398)	(293)	(453)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de financiamentos					
	31.1	<u>(143.828)</u>	<u>4.123</u>	<u>(143.864)</u>	<u>4.068</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa					
		<u>(25.663)</u>	<u>54.694</u>	<u>(76.992)</u>	<u>106.730</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		75.065	100.728	85.958	162.950
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		100.728	46.034	162.950	56.220
		<u>(25.663)</u>	<u>54.694</u>	<u>(76.992)</u>	<u>106.730</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRADING COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Geração do valor adicionado	4.651.686	3.429.991	5.550.384	4.578.595
Receita operacional	4.654.985	3.424.881	4.886.720	3.898.583
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(7.445)	(515)	(11.779)	(515)
Receita relativa à construção de ativos próprios	44	4.049	967	6.849
Receita de Construção			293.643	329.585
Atualização dos Ativos da concessão			369.183	332.144
Outras receitas	4.102	1.576	11.650	11.949
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(4.497.250)	(3.229.083)	(4.798.034)	(3.574.093)
Custos da energia comprada	(4.444.139)	(3.216.949)	(4.444.139)	(3.216.949)
Materiais	(43)	(45)	(3.431)	(2.742)
Serviços de terceiros	(10.535)	(3.919)	(48.010)	(39.182)
Custo com construção da infraestrutura			(242.828)	(285.087)
Outros custos operacionais	(42.533)	(8.170)	(59.626)	(30.133)
Valor adicionado bruto	154.436	200.908	752.350	1.004.502
Retenções				
Depreciações e amortizações	(4.936)	(2.301)	(11.467)	(8.496)
Valor adicionado líquido produzido	149.500	198.607	740.883	996.006
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	16.843	23.191	127.650	41.915
Resultado da equivalência patrimonial	149.024	177.267		
Valor adicionado total a distribuir	315.367	399.065	868.533	1.037.921
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	6.632	10.635	38.170	40.351
Benefícios	1.206	1.215	7.831	7.545
FGTS	481	678	2.941	2.931
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	5.513	2.216	65.722	243.563
Estaduais	34.216	89.473	35.389	91.653
Municipais	2	7	1.504	1.676
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	77.714	99.318	427.602	177.105
Aluguéis	256	145	992	1.674
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	63.814	31.877	63.814	82.118
Dividendos		19.307		42.163
	189.834	254.871	643.965	690.779
Lucros retidos	125.533	144.194	224.568	347.142
	315.367	399.065	868.533	1.037.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Companhia ou EDP Trading), é sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior; e (iii) participar em outras companhias como sócia.

A controlada EDP Transmissão Norte Nordeste 1, encontra-se em fase pré-operacional de construção de sua linha de transmissão que representa, em 31 de dezembro de 2025, uma evolução de 18,18% do investimento previsto no projeto e tem previsão de entrada em operação comercial em 30 de junho de 2029, conforme contrato de concessão.

A Companhia possui as seguintes participações em controladas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação	
			31/12/2025	31/12/2024
Transmissão				
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Transmissão Norte Nordeste 1 S.A. (EDP Transmissão Norte Nordeste 1)	Controlada	integral	100,00	100,00

2 Controladas - Concessão de Transmissão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as empresas prestadoras dos serviços de transmissão de energia estabelecem regras claras a respeito de regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços prestados. Da mesma forma, define penalidades para os casos em que a fiscalização da ANEEL constatar irregularidades.

O serviço público de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) compreende as instalações da Rede Básica (RB) e da Rede Básica de Fronteira (RBF). Conforme a Resolução Normativa nº 67, de 8 de julho de 2004, a RB é composta pelas instalações do SIN com nível de tensão igual ou superior a 230kV, enquanto a RBF está composta pelas unidades transformadoras de potência do SIN com tensão superior igual ou maior de que 230kV e tensão inferior a 230kV.

A ANEEL, por meio de delegação do Poder Concedente, realiza as licitações para contratação do serviço público de transmissão de energia elétrica, bem como firma os respectivos contratos de concessão da transmissão. Após a assinatura dos contratos inicia-se a fase de gestão contratual, na qual são realizados serviços, tais como: análise e aprovação da conformidade dos projetos básicos, análise para enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e Declarações de Utilidade Pública (DUP).

Em 31 de dezembro de 2025 as controladas da Companhia possuem o direito de explorar as concessões de transmissão com as seguintes características:

Empresas	Extensão	Modalidade	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Em operação								
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69kV; SE 230/138/69kV	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(i)
EDP Transmissão Norte	360 km	Serviço Público	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV	30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(i)
Em fase de construção								
EDP Transmissão Norte Nordeste 1	390 km	Serviço Público	BA, TO e PI	2 LTs 230kV; 1 SE 230/138kV	28/06/2024	28/06/2054	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(i)

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. A Administração da Companhia e de suas controladas entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que ela e sua controlada possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e das controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia e de suas controladas afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho da Administração da Companhia e de suas controladas autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2026.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico com base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 30.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo (Nota 10); Ativos da Concessão (Nota 13); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 22.1); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 30.1.2.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 15).

A Companhia controla a EDP Transmissão Litoral Sul, a EDP Transmissão Norte e a EDP Transmissão Norte Nordeste 1, e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e suas controladas.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na suas controladas diretas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a suas controladas;
- As datas das demonstrações financeiras das controladas, utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem, com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia e de suas controladas monitoram trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.8.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronuncia-mento	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou <i>joint ventures</i> , visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Pronuncia-mento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtópicos obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IAS 1	Norma	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Reforma Tributária sobre o Consumo

A leis complementares nºs 214/2025 e 227/2026 regulamentaram a emenda constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A Reforma Tributária sobre o Consumo extinguirá, de forma gradativa, a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com a substituição pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e do Imposto Seletivo - IS, ambos de competência da União Federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação desse novo modelo ocorrerá de forma gradual, em etapas sucessivas no período de 2026 a 2033.

O início da transição ocorrerá em 2026 (período teste), com a aplicação das alíquotas de referência de 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025 e exigência de emissão da Nota Fiscal conforme o novo padrão de XML. Nessa primeira fase, haverá a dispensa do efetivo recolhimento, condicionada ao cumprimento de obrigações acessórias ainda a serem definidas. Caso recolhidos, os valores serão compensados com PIS/COFINS devidos no período ou outros tributos federais, ou serão ressarcidos caso não possam ser utilizados para compensação.

Em 2027, ocorrerá a extinção de PIS/COFINS, com substituição pela CBS, e o IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto nos casos de produtos com similar produzido na Zona Franca de Manaus.

Entre 2029 e 2032, será iniciada uma fase de transição mais gradual no âmbito subnacional, com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a majoração correspondente do IBS, em um sistema de convivência. A transferência será faseada, com a redução de 10%, 20%, 30% e 40% das alíquotas de ICMS e ISSQN, paralelamente a uma alíquota IBS estadual e outra municipal correspondente a essa redução (sendo certo que o IBS incidirá tanto sobre mercadorias quanto serviços, indiscriminadamente).

Por fim, em 2033, ocorrerá a consolidação definitiva do novo sistema tributário, com a extinção integral do ICMS e do ISSQN no modelo atual e a plena vigência do novo sistema de tributação do consumo.

A reforma tem como propósito simplificar o sistema tributário brasileiro, com fundamento na tributação no destino, na não cumulatividade plena, na unificação da legislação em âmbito nacional e na gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição ao atual mosaico de regras. Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade com o novo regime tributário a partir de 01 de janeiro de 2026, a sociedade havia implementado: (i) Revisão dos cadastros de produtos e de serviços em conformidade com a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, o Código de Situação Tributária - CST e o Código de Classificação Tributária - cClassTrib, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, do Informe Técnico 2025.002, das tabelas vigentes de NCM e NBS; (ii) Adequação dos ERPs e softwares fiscais às especificações da Nota Técnica 2025.001, da Nota Técnica 2025.002, da Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004 e demais normativos aplicáveis; e (iii) Validação de XMLs com o novo leiaute padrão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Durante 2026, o Grupo EDP concentrará esforços na identificação dos pontos focais das áreas envolvidas, implantação dos planos de ação prioritários, e na revisão de contratos e políticas fiscais, assegurando que toda a organização esteja pronta para operar com segurança e eficiência no novo ambiente tributário.

Ao longo da fase de transição, as entidades deverão avaliar os efeitos sobre a mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, incluindo a recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS à luz do novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades precisarão analisar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime anterior, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou, se for o caso, o reconhecimento de eventual perda de direito creditório.

O CFC e o CPC estão em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da reforma, sem que haja, até o momento, manifestação formal. Nesse ínterim, as entidades devem acompanhar os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras e divulgar, nas notas explicativas, as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

4.2 Transmissoras - EDP Transmissão Litoral Sul - Despacho nº 864 de 27 de março de 2025

Em 27 de março de 2025, a ANEEL, por meio do Despacho nº 864/25, decidiu sobre a aplicação de penalidade de multa editalícia à sua controlada EDP Transmissão Litoral Sul no montante de R\$6.429, decorrente da entrada em atraso das operações comerciais. A penalidade foi integralmente paga em 10 de abril de 2025.

4.3 Compromissos futuros - Exclusão dos contratos da Gold Comercializadora

Em maio de 2025, a Companhia excluiu da base de cálculo dos compromissos futuros (Nota 10) os contratos de compra e venda de energia firmados com a Gold Comercializadora de Energia, em razão da materialização do risco de crédito da contraparte. A decisão resultou em um impacto negativo de R\$77.675 no resultado (Nota 26), refletindo a baixa dos ativos relacionados aos fluxos contratuais futuros.

4.4 Compromissos futuros - Eliminação do Prêmio de risco

Em 2025, a Companhia adotou uma estratégia ativa de contratação de clientes com perfil de consumo compatível com a geração solar, principalmente bancos e outras instituições que operam em horário comercial. Essa sinergia entre geração e consumo reduz o risco de exposição ao PLD horário, eliminando a necessidade de aplicação de *spread* sobre a compra de energia renovável, e está em consonância com as normas IFRS 9 e IFRS 13, que refletem uma mensuração mais próxima ao valor justo dos contratos e operações. Desta forma, em maio de 2025, a Companhia decidiu eliminar os efeitos do prêmio de risco, refletindo uma percepção mais realista do custo de aquisição da energia e reduzindo o custo médio de compra da energia oriunda de contratos com empresas renováveis. Esse efeito resultou em um impacto positivo de R\$46.620 no resultado (Nota 26).

4.5 Transmissoras - REN nº 1.125 de 27 de maio de 2025

A Resolução Normativa nº 1.125, de 27 de maio de 2025, estabelece a metodologia para verificação do máximo esforço das transmissoras na cobrança dos valores referentes aos encargos rescisórios dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). Essa metodologia aplica-se aos CUSTs celebrados sem as garantias previstas no Despacho nº 3.245, de 1º de setembro de 2023, que tenham sido rescindidos até a publicação do Despacho nº 1.687, de 4 de junho de 2024, ou que, por decisão judicial, não puderam ser formalmente rescindidos, desde que tal decisão não tenha afastado a exigibilidade dos encargos rescisórios. Considera-se "máximo esforço" a adoção das seguintes medidas administrativas e judiciais para recuperação dos créditos: i) inclusão dos débitos no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; ii) protesto extrajudicial da dívida; e iii) ajuizamento de ação judicial visando à recuperação do crédito. Os valores recuperados a título de encargos rescisórios, nos termos desta Resolução, serão revertidos em benefício da modicidade tarifária dos usuários da Rede Básica. O descumprimento total ou parcial, pelas transmissoras, das disposições aqui estabelecidas implicará a aplicação de parcela de ajuste negativa no processo de Reajuste Tarifário de 2026.

4.6 Transmissoras - Reajustes tarifários

Os Contratos de Concessão estabelecem que as suas controladas, pela prestação de serviço público de transmissão, têm direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A RAP, de acordo com os contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede. Em 15 de julho de 2025, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.481, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP foi reajustada considerando os efeitos do IPCA e de alteração na componente de financiamento do WACC, conforme previsto no Contrato de Concessão. A RAP das controladas de transmissão de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	RAP 2025 REH nº 3.481	RAP 2024 REH nº 3.348
EDP Transmissão Litoral Sul	69.146	65.653
EDP Transmissão Norte	51.355	48.761

4.7 Transmissoras - REN nº 1.135 de 14 de outubro de 2025

Em 14 de outubro de 2025, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, que alterou o Submódulo 5.6 do Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), atualizando o percentual de aplicação e o prazo dos investimentos em P&D, conforme disposto na Lei nº 9.991/2000. Com essa atualização, encerra-se, em 31 de dezembro de 2025, a vigência do recolhimento à CDE de parte do recurso destinado ao Programa de P&D regulado pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2026, para as suas controladas o percentual da ROL aplicado em P&D passa a ser padronizado e fixo, substituindo a faixa variável anteriormente vigente. Para as controladas, o P&D passa de 0,28% para 0,40%.

4.8 Rotação de Ativos de Transmissão - Lote Q

Em 21 de outubro de 2025, a Companhia divulgou que, nesta data, celebrou um contrato de compra e venda com o EDEN Fundo de Investimento em Participações S.A., fundo gerido pela "Actis", para a venda da totalidade de sua participação acionária da subsidiária EDP Transmissão Litoral Sul (Lote Q), conforme apresentado na nota 14. O ativo está localizado nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma extensão de 135km e uma Receita Anual Permitida de R\$65.653. O valor total da transação foi de R\$510.000, sujeita à verificação, até à data de conclusão da transação, de condições habituais para uma operação desta natureza. Esta transação contempla a estratégia de rotação de ativos no Brasil, definida no Plano de Negócios da controladora EDP - Energias do Brasil S.A.

4.9 Compromissos futuros - Exclusão dos contratos e constituição de PECLD da América Energia

Em outubro de 2025, a Companhia excluiu da base de cálculo dos compromissos futuros (Nota 10) os contratos de compra e venda de energia firmados com a América Energia, em razão da materialização do risco de crédito da contraparte. A decisão resultou em um impacto negativo de R\$2.875 no resultado (Nota 26), refletindo a baixa dos ativos relacionados aos fluxos contratuais futuros. Adicionalmente, foi constituído a PECLD (Nota 26) no montante de R\$1.422, referente à totalidade do saldo em aberto da América Energia.

4.10 Spread de crédito

Em outubro de 2025, a Companhia incluiu no cálculo do MtM (Marcação a Mercado) das operações *swap* da dívida o *spread* de crédito, esse reconhecimento gerou uma receita financeira no montante de R\$20.105 (Nota 27).

4.11 Compromissos futuros - Distrato dos contratos da Matrix Comercializadora

Em novembro de 2025, a Companhia realizou o distrato dos contratos de compra e venda de energia firmados com a Matrix Comercializadora de Energia. Esse distrato resultou no pagamento de uma multa contratual no valor de R\$33.500 (Nota 26). Com encerramento desses contratos, a Companhia excluiu da base de cálculo dos compromissos futuros (Nota 10) os respectivos contratos de compra e venda. A decisão resultou em um impacto ganho de R\$35.000, registrado no resultado (Nota 26), decorrente da baixa dos ativos relacionados aos fluxos contratuais futuros.

4.12 Outros - Antecipação de recebíveis

Em novembro de 2025, a Companhia antecipou o recebimento de R\$32.062 (Nota 11.4), referente ao contrato de venda de energia elétrica com a ABC Comercializadora de Energia.

4.13 Aumento de capital

Em 13 de novembro de 2025, conforme aprovado em AGE, a Companhia recebeu recursos financeiros via aporte de capital realizado pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., no montante de R\$202.000 (Nota 23.1).

4.14 Quitação antecipada de empréstimos com o BNDES - Lote Q

Em 14 de novembro de 2025, a Companhia realizou a quitação antecipada, no montante de R\$198.789, de empréstimo contratado junto ao BNDES para a construção de sua controlada EDP Transmissão Litoral Sul, cujo vencimento original estava previsto para dezembro de 2035 (Nota 21).

5 Caixa e equivalentes de caixa

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Bancos conta movimento		3.774	2.407	4.676	2.689
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1		44.339	1.275	92.190
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2	71.291	53.982	80.007	68.071
		71.291	98.321	81.282	160.261
Total		75.065	100.728	85.958	162.950

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 30.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDBs estão remuneradas, nas controladas, às taxas de 100,25% e 100,50% do CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas, na Companhia e nas controladas a taxas que variam entre 94,00% e 99,00% do CDI.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



6 Consumidores e concessionárias

		Controladora e Consolidado								
		Valores Correntes								
		A Vencer		Vencidos						
	Nota	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD (Nota 6.3)	Saldo líquido em 31/12/2025	Saldo líquido em 31/12/2024
Circulante										
Consumidores										
	6.1	32.371	40			47		(47)	32.411	45.225
		32.371	40	-	-	47	-	(47)	32.411	45.225
Concessionárias										
	6.1	360.364				1.599		(1.599)	360.364	221.922
		5.534							5.534	2.948
	6.2	3.853		46	309	235	338	(882)	3.899	13.042
		369.751	-	46	309	1.834	338	(2.481)	369.797	237.912
Total Circulante		402.122	40	46	309	1.881	338	(2.528)	402.208	283.137

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os saldos de Consumidores e concessionárias são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e de suas Parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais, sendo as condições de pagamento livremente negociadas entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

6.1 Suprimento de Energia Elétrica e Clientes livres

A variação dos saldos refere-se, substancialmente, à mudança no panorama geral dos preços de energia e na dinâmica de operação do mercado, que passou a se adaptar a um cenário de preços mais voláteis e, conseqüentemente, de maior liquidez.

6.2 Concessionárias - Encargos de uso da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica, em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

6.3 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos relacionados aos Consumidores e Concessionárias de 3 exercícios e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados, em sua grande maioria, por contratos de garantias financeiras na formalização de contratos bilaterais. Para os contratos sem garantia financeira, a Companhia, com base nos estudos realizados, determinou o percentual de perdas esperadas de 1,17% quando do reconhecimento inicial dos recebíveis. Este percentual de perdas será revisado anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Em relação aos montantes a receber de energia de curto prazo, estes são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito está divulgada na nota 30.2.3.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Controladora					Valor líquido em 31/12/2025	
		Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos		Transferência
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	30.115	2.675	4.184	20.052	(14.354)	2.078	44.750
Total		30.115	2.675	4.184	20.052	(14.354)	2.078	44.750
Circulante		27.703						38.537
Não circulante		2.412						6.213
Outros tributos compensáveis								
ICMS		1.182	230		467		(697)	1.182
PIS e COFINS	7.2	16.870	409.653				(418.478)	8.045
IRRF sobre aplicações financeiras		873	2.762				(2.071)	1.564
IR/CS retidos sobre faturamento		115	2					117
Outros		188						188
Total		19.228	412.647	-	467	-	(421.246)	11.096
Circulante		13.494						5.362
Não circulante		5.734						5.734
Passivos a recolher								
Outros tributos a recolher								
ICMS		6.821	34.214	4	(38.452)		(697)	1.890
PIS e COFINS		-	427.078		(8.607)		(418.471)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		68	975		(451)			592
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.3	4.782	9.572			(14.354)		-
Encargos com pessoal		233	1.306		(1.414)			125
Total Circulante		11.904	473.145	4	(48.924)	(14.354)	(419.168)	2.607

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado										
	Nota	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Baixas	Transferência para Ativo Mantido para Venda (Nota 14)	Valor líquido em 31/12/2025
Ativos compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	30.116	2.675	4.184	20.052	(14.355)	2.079	-	(1)	44.750
Total		30.116	2.675	4.184	20.052	(14.355)	2.079	-	(1)	44.750
Circulante		27.704								38.537
Não circulante		2.412								6.213
Outros tributos compensáveis										
ICMS		3.045	230		655		(1.266)	(33)		2.631
PIS e COFINS	7.2	16.880	409.653				(418.478)		(10)	8.045
IRRF sobre aplicações financeiras		1.044	3.541				(2.796)		(117)	1.672
IR/CS retidos sobre faturamento		117	45				(44)		(1)	117
Outros		209	82							291
Total		21.295	413.551	-	655	-	(422.584)	(33)	(128)	12.756
Circulante		14.111								5.572
Não circulante		7.184								7.184
Passivos a recolher										
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.275	2.780		(1.812)		(748)		(859)	636
Total Circulante		1.275	2.780	-	(1.812)	-	(748)	-	(859)	636
Outros tributos a recolher										
ICMS		7.316	34.714	10	(38.724)		(1.269)		(31)	2.016
PIS e COFINS		333	428.934		(10.477)	(1)	(418.488)		(176)	125
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		394	2.184	3	(1.649)				(277)	655
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.3	4.782	9.572			(14.354)				-
Encargos com pessoal		856	2.346		(2.466)				(500)	236
Outros		1	(18.986)		19.042				(1)	56
Total Circulante		13.682	458.764	13	(34.274)	(14.355)	(419.757)	-	(985)	3.088

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia ou suas controladas liquidem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 Imposto de renda e contribuição social

O valor de R\$44.750 registrado na Companhia referem-se, substancialmente, ao impacto da Lei nº 13.670/18, que impede a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

7.2 Outros tributos compensáveis - PIS e COFINS

Do montante total de R\$8.045 da Companhia, R\$5.734 correspondem a retenções na fonte de PIS e COFINS que foram objeto de Pedido de Restituição atualmente em análise pela Receita Federal, enquanto R\$2.311 refere-se a créditos sobre insumos gerados na operação da Companhia.

7.3 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em Adições, de R\$9.572, relativo ao IRRF sobre JSCP, deliberado no exercício em análise, foi integralmente liquidado em dezembro de 2025.

8 Tributos diferidos

	Nota	Controladora							
		Ativo				Passivo			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
PIS e COFINS	8.1	145.411	66.886			152.767	86.690		
Outros tributos diferidos	8.2			181.244	63.044			201.820	72.380
Imposto de renda e contribuição social	8.3							66.926	76.062
Total		145.411	66.886	181.244	63.044	152.767	86.690	268.746	148.442
Consolidado									
	Nota	Ativo				Passivo			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	8.1	145.411	66.886			154.264	89.988		
Outros tributos diferidos	8.2			181.244	63.044			233.236	112.149
Imposto de renda e contribuição social	8.3							94.698	112.404
Total		145.411	66.886	181.244	63.044	154.264	89.988	327.934	224.553

8.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS diferidos reconhecidos apresentam as seguintes naturezas:

	Nota	Controladora e Consolidado							
		Ativo				Passivo			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	8.3 e 10	145.411	66.886	181.244	63.044	152.767	86.690	201.565	72.380
Receita de construção nas Controladas de transmissão						1.497	3.298	31.416	39.769
Atualização monetária dos depósitos judiciais								255	
Total		145.411	66.886	181.244	63.044	154.264	89.988	233.236	112.149

8.2 Outros tributos diferidos

Em decorrência das alterações introduzidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e na Lei Complementar nº 214/2025 que determinam a extinção do PIS e da COFINS e sua substituição pela CBS a partir de 1º de janeiro de 2027 (Nota 4.1), a Companhia manteve o saldo diferido de longo prazo classificado como outros tributos diferidos, preservando o tratamento contábil atualmente adotado até que a legislação defina o seu enquadramento e destinação.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



8.3 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.3.1 Composição

Natureza dos créditos	Controladora e Consolidado					
	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Prejuízos Fiscais	31.676	15.375			16.301	3.743
Base negativa da contribuição social	11.403	5.535			5.868	1.347
	43.079	20.910	-	-	22.169	5.090
Diferenças Temporárias						
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	560	115			445	(1.097)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	323	291			32	1
Consumidores - ajuste a valor presente			5	5		
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	7.190	399	24.037		(17.246)	399
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	1.200.678	477.583	1.302.411	583.889	4.573	7.730
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	71	112	53	94		(110)
Reconhecimento de receita - Lucro Presumido			27.772	36.342	(5.118)	(8.312)
Outras	9.599	10.163	1.920	1.647	(837)	(792)
Total Diferenças Temporárias	1.218.421	488.663	1.356.198	621.977	(18.151)	(2.181)
Total bruto	1.261.500	509.573	1.356.198	621.977	4.018	2.909
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(1.261.500)	(509.573)	(1.261.500)	(509.573)		
Total	-	-	94.698	112.404		

8.3.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia e das controladas elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia e as controladas estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora e Consolidado								Total Não circulante
2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2033	A partir de 2034		
250.266	249.342	248.964	249.745	249.445	3.328	10.410	1.261.500	

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar (Nota 19) para sua controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamento		Controladora e Consolidado								Receitas (Despesas)	
		Ativo				Passivo				Operacionais	
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		
Consumidores e concessionárias (Nota 6)											
Venda de Energia Elétrica											
EDP São Paulo	Controle Comum	394								5.130	
EDP Smart Energia	Controle Comum	94.712	71.505							1.126.105	839.661
Lajeado	Controle Comum									19.129	16.026
Enerpeixe	Controle Comum	10.071	7.792							118.580	89.174
São Manoel	Controle Comum		1.389							15.552	7.954
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum (*)		1.416								9.505
CEJA	Controle Comum (*)		2.124								13.707
Renováveis	Parte Relacionada		19								1.488
Uso do sistema de transmissão											
EDP Espírito Santo	Controle Comum	86	81								517
EDP São Paulo	Controle Comum	121	100								777
Enerpeixe	Controle Comum	10	8								69
Lajeado	Controle Comum	13	12								96
Investco	Controle Comum										1
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum (*)		4								28
São Manoel	Controle Comum	16	16								134
CEJA	Controle Comum (*)		8								55
		105.423	84.474	-	-	-	-	-	-	1.284.496	979.192
Fornecedores (Nota 18)											
Suprimento de energia elétrica											
EDP Smart Energia	Controle Comum										(16.375)
Lajeado	Controle Comum					7.192	9.411				(101.006)
Enerpeixe	Controle Comum					31.363	21.225				(242.126)
São Manoel	Controle Comum					4.642	6.073				(50.993)
Renováveis	Parte Relacionada					8.162	7.244				(164.732)
Contrato de prestação de serviços (d)											
EDP Goiás	Controle Comum					68	110				(686)
		-	-	-	-	51.427	44.063	-	-	-	(575.918)

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Controladora e Consolidado									
		Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)	
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
Relacionamento		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro											
Derivativo (Nota 10)											
EDP Smart Energia	Controle comum	62	145.231	130	13.168	665.676	311	694.979	126.772		(515.900)
EDP São Paulo	Controle comum					2.034					
Enerpeixe	Controle comum	59.690	61.065	55.749	2.122	706	46.722		977		55.955
Lajeado	Controle comum	60.140	398	51.234	19.485		27.693				71.812
São Manoel	Controle comum	22.947		73.393			11.162		52.978		(10.306)
Renováveis	Parte Relacionada	149.745	10.196	648.183	111.021		44.738		108.208		212.785
		<u>292.584</u>	<u>216.890</u>	<u>828.689</u>	<u>145.796</u>	<u>668.416</u>	<u>130.626</u>	<u>694.979</u>	<u>288.935</u>	<u>-</u>	<u>(185.654)</u>
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)											
Contrato de prestação de serviços											
EDP Global Solutions	Parte Relacionada					1.847					
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de infraestrutura e Backoffice (a,b e c)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora			987	988			4.000	2.381		(5.912)
EDP São Paulo	Controle Comum							1	1		(5.889)
Reembolso de custos com Leilão											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta								590		
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>987</u>	<u>988</u>	<u>1.847</u>	<u>-</u>	<u>4.001</u>	<u>2.972</u>	<u>-</u>	<u>(11.801)</u>
		<u>398.007</u>	<u>301.364</u>	<u>829.676</u>	<u>146.784</u>	<u>721.690</u>	<u>174.689</u>	<u>698.980</u>	<u>291.907</u>	<u>1.284.496</u>	<u>205.819</u>

(*) Em 13 de agosto de 2025, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as controladas em conjunto Ceja e Cachoeira Caldeirão e, conseqüentemente, a partir desta data foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram realizadas conforme os termos acordados entre as partes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionado a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitam de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

(d) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Posteriormente, foram celebrados termos aditivos aos contratos com o objetivo de prorrogar seus respectivos prazos de vigência, limitados à data de 30 de junho de 2026, tendo em vista que contratos de prestação de serviço entre partes relacionadas não podem ter vigência superior a 5 anos.

EDP Global Solutions

Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio à gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e a parte relacionada EDP Global Solutions (EDP Valor). Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contratantes.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

9.2 Compromissos contratuais

A Companhia celebrou quatro contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) com a Lajeado Energia (controlada da EDP - Energias do Brasil). Para o exercício de 2026, foram firmados dois contratos com potência média de 40 MWm cada, vigentes de janeiro a dezembro. Para 2027, outros dois contratos de igual montante e período de fornecimento. Os contratos possuem cláusula de reajuste anual pelo IPCA.

Adicionalmente, a Companhia firmou onze contratos de venda de energia no ACL com a Enerpeixe (controlada da EDP - Energias do Brasil). Em 2026, foram contratados sete instrumentos, totalizando 145 MWm, com volumes individuais variando entre 10MWm e 20MWm. Para 2027, foram firmados quatro contratos, somando 75MWm de potência média.

9.3 Remuneração dos administradores

9.3.1 Remuneração anual total da Diretoria Estatutária paga pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		
	Nota	Diretoria Estatutária	
		2025	2024
Remuneração (a)	9.3.1.1	1.034	4.824
Benefícios de curto prazo (b)		28	26
Benefícios - Previdência privada		40	16
Total		1.102	4.866

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.3.1.1 Remuneração

A redução no exercício de 2025 decorre do pagamento, em 2024, de bônus relacionados ao incentivo de longo prazo concedido aos diretores.

9.4 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

Passivo	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	59.000
Aumento de Capital social - EDP Transmissão Norte	(59.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo as controladas assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima assembleia de aprovação do resultado anual.

10 Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo

Os contratos celebrados pela Companhia visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda, que tem o objetivo também de comercializar com outros agentes. Isto posto, a Companhia avalia seus contratos, sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo que eles não se destinam apenas à entrega da energia ("uso próprio", conforme termo utilizado pelo CPC 48), mas para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere à compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada reconhece de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda).

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa a curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* descontado a valor presente pela NTNB é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

Nesta mensuração, são consideradas as sensibilidades do PLD, sendo avaliado o portfólio de operações contendo curvas *forward* de preço de energia, exposição à diferença de preços entre submercados, além do direito dos clientes de usar de forma flexível o consumo entre 90% e 110% da energia contratada. O resultado destes contratos é determinado a partir do diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda), a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada exercício.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia impactou negativamente o resultado líquido no montante de R\$12.203 (R\$20.632 em 31 de dezembro 2024) registrado no resultado do exercício de 2025 (Nota 26).

A movimentação dos compromissos futuros é a seguinte:

	Controladora e Consolidado						
	Saldo em 31/12/2024	AVP	Adição	Efeito exposição	Contrato encerrado (Nota 10.1)	Parcela realizada	Saldo em 31/12/2025
Compromissos futuros	312.665	3.484	81.570	188.570	(52.478)	(234.594)	299.217
PIS/COFINS Diferidos	(29.080)	(322)	(7.545)	(17.443)	4.854	21.700	(27.836)
Total	283.585	3.162	74.025	171.127	(47.624)	(212.894)	271.381
Ativo	1.717.320						3.830.622
Passivo	1.404.656						3.531.405
	312.664						299.217
Ativo - Tributos diferidos	129.931						326.655
Passivo - Tributos diferidos	159.010						354.491
	(29.079)						(27.836)

10.1 Contratos encerrados

Do saldo de R\$ 52.478, a maior parte corresponde à exclusão dos contratos: Gold (R\$77.675 – Nota 4.3), América Energia (R\$2.875 – Nota 4.9) e Matrix (R\$35.000 – Nota 4.11).

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo									
Bens destinados à alienação/desativação							434		
Ressarcimento de custos - CDE						236	429		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			987	991			987	988
Outros		401	355			663	644		6
Total		401	355	987	991	899	1.507	987	994
Outras contas a pagar - Passivo									
Credores diversos - consumidores e concessionárias	11.4	392	392	32.062		392	392	32.062	
Folha de pagamento		114	117	255	114	201	158		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	1.847		2.173	858	1.847		3.252	2.972
Parcela de ajuste	11.2					5.323	4.769	1.488	1.152
Arrendamentos e aluguéis		211	204		125	211	204		125
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.1	1.545	1.689			2.048	2.134		
Parcela Variável de Indisponibilidade	11.3					6.165			
Outros				1	1	112	407	448	488
Total		4.109	2.402	34.491	1.098	16.299	8.064	37.250	4.737

11.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11.2 Parcela de Ajuste - Transmissão

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos registrados no Consolidado totalizam R\$5.323 no Circulante (R\$4.769 em 31 de dezembro de 2024) e R\$1.488 no Não Circulante (R\$1.152 em 31 de dezembro de 2024). Tais valores correspondem à estimativa da Parcela de Ajuste (PA) referente ao ciclo tarifário 2025/2026, bem como ao saldo remanescente da PA do ciclo tarifário 2024/2025 das controladas EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão Norte. O mecanismo da Parcela de Ajuste decorre das diferenças entre os duodécimos da RAP estabelecidos pela resolução homologatória da ANEEL e os duodécimos efetivamente indicados nos avisos de crédito emitidos pelo ONS. Essas diferenças são homologadas pela ANEEL ao término de cada ciclo tarifário e incorporadas nos avisos de crédito subsequentes, conforme descrito na nota 4.6.

11.3 Parcela Variável de Indisponibilidade - Transmissão

Refere-se à constituição de provisão de Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), na controlada EDP Transmissão Norte, cujo desconto na RAP está previsto para início em 2026. Em setembro de 2025, seis torres foram avariadas em decorrência de condições climáticas adversas, totalizando 12 dias de indisponibilidade.

11.4 Credores diversos - consumidores e concessionárias

Refere-se ao recebimento de adiantamento decorrente de contrato de venda de energia elétrica firmado entre a Companhia e a ABC Brasil Comercializadora de Energia (Nota 4.12).

12 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora					Saldo em 31/12/2025	
		Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização	Resgate	Baixa		
Depósitos judiciais	22	11.899	1	804	(26)	(17)	12.661	
Outros cauções		1.753	1.684	237	(1.789)		1.885	
Total		13.652	1.685	1.041	(1.815)	(17)	14.546	
Circulante		1.751					1.860	
Não circulante		11.901					12.686	
		Consolidado						
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Ativo mantido para venda (Nota 14)	Saldo em 31/12/2025
Depósitos judiciais	22	24.145	223	1.185	(108)	(106)	(9.250)	16.089
Outros cauções		1.756	1.684	237	(1.789)			1.888
Total		25.901	1.907	1.422	(1.897)	(106)	(9.250)	17.977
Circulante		1.754						1.863
Não circulante		24.147						16.114

13 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão das controladas.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• **Modelo do ativo financeiro**

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• **Modelo do ativo intangível**

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• **Modelo bifurcado**

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

As controladas são remuneradas por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, as controladas se enquadram no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as controladas reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as controladas ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela controlada apresentadas na nota explicativa 24 - Receitas.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As controladas consideram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 30.2.3.

A movimentação das controladas no exercício é a seguinte:

	Consolidado								Valor líquido em 31/12/2025
	Valor líquido em 31/12/2024	Adições (Nota 25)	Remuneração (Nota 24)	Faturamento de RAP (Nota 6)	Reajuste tarifário (Nota 4.6)	Margem na construção (Nota 24)	Outros	Tranferência para Ativo Mantido para Venda (Nota 14)	
Ativos da concessão	1.180.008	80.947	58.677	(44.513)	60.176	351	3.066	(430.192)	908.520
	<u>1.180.008</u>	<u>80.947</u>	<u>58.677</u>	<u>(44.513)</u>	<u>60.176</u>	<u>351</u>	<u>3.066</u>	<u>(430.192)</u>	<u>908.520</u>
Circulante	90.394								46.330
Não circulante	1.089.614								862.190

14 Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda

Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda são registrados nas respectivas rubricas e foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Em 2025 ocorreu a classificação do ativo EDP Transmissão Litoral Sul.

Por não se qualificarem como operações descontinuadas, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado, com exceção das depreciações e amortizações que não são consideradas entre a assinatura do contrato de compra e venda e a conclusão da alienação, conforme previsto no CPC 31.

14.1 Transferência para Ativos Mantidos para Venda da EDP Transmissão Litoral Sul

A Administração da controladora visa estrategicamente a alienação de 100% de participação nos investimentos da controlada EDP Transmissão Litoral Sul. Portanto, a partir de dezembro de 2025, os ativos e passivos relativos foram apresentados nos grupos de não circulante mantidos para

Em 21 de outubro de 2025, a Companhia divulgou que, nesta data, celebrou um contrato de compra e venda com o EDEN Fundo de Investimento em Participações S.A., fundo gerido pela "Actis", para a venda da totalidade de sua participação acionária da subsidiária EDP Transmissão Litoral Sul (Lote Q), conforme apresentado na nota 4.8.

Os montantes registrados nas respectivas rubricas foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Por referirem-se a ativos cuja alienação do controle é altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço.

Balanço Patrimonial

ATIVO	31/12/2025	PASSIVO	31/12/2025
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	29.330	Fornecedores	1.332
Disponibilidade da rede elétrica	7.723	Tributos diferidos	1.715
Ativos da concessão	49.724	Dividendos	31.000
Outros créditos	1.057	Outras contas a pagar	5.189
Total do Ativo Circulante	87.834	Total do Passivo Circulante	39.236
Não circulante		Não circulante	
Ativos da concessão	396.448	Tributos diferidos	28.195
Outros créditos	11.808	Provisões	6.997
	<u>408.256</u>	Outras contas a pagar	1.946
			<u>37.138</u>
Imobilizado	535		
Intangível	1.173	Patrimônio Líquido	421.424
Total do Ativo Não circulante	409.964		
Total do Ativo	497.798	Total do passivo e patrimônio líquido	497.798

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



15 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o investimento na EDP Transmissão Norte e na EDP Transmissão Norte Nordeste 1, sobre quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto, (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação poderá cessar a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle das investidas.

15.1 Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos /JSCP	Transferência para Ativo Mantido para Venda (Nota 14)	Saldo em 31/12/2025	% Participação direta	
								31/12/2025	31/12/2024
Investimentos									
Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE (*)	1.498						1.498		
EDP Transmissão Litoral Sul (**)	442.476			59.950	(81.000)	(421.426)	-	100,00	100,00
EDP Transmissão Litoral Sul (Valor Justo do Investimento) (**)	57.199			(1.987)		(55.212)	-		
EDP Transmissão Norte	593.613	59.000		46.626	(11.074)		688.165	100,00	100,00
EDP Transmissão Norte Nordeste 1	7.549	5.000	88.400	44.435	(30.890)		114.494	100,00	100,00
Total	1.102.335	64.000	88.400	149.024	(122.964)	(476.638)	804.157		

(*) Refere-se ao montante de 2.514 ações da BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia, que atua nos processos de comercialização e *backoffice* dos agentes do Ambiente de Contratação Livre - ACL. O investimento está reconhecido ao custo de aquisição.

(**) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia classificou como ativo mantido para venda a controlada EDP Transmissão Litoral Sul. Desta forma a referida controlada deixou de ser consolidada nas demonstrações financeiras.

15.2 Participação direta do investimento

	EDP Transmissão Litoral Sul (*)		EDP Transmissão Norte		EDP Transmissão Norte Nordeste 1	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)						
Ordinárias	75.000	75.000	1	1	1	1
% de participação da Companhia						
Capital social integralizado	100	100	100	100	100	100
Capital votante	100	100	100	100	100	100
Ativos totais	497.798	498.784	772.039	752.496	157.583	21.396
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	76.374	56.310	83.874	158.883	43.089	13.847
Patrimônio líquido	421.424	442.474	688.165	593.613	114.494	7.549
Receitas	83.525	72.182	64.266	251.003	125.852	19.591
Lucro líquido do exercício	59.950	44.957	46.626	135.469	44.435	(498)

(*) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia classificou como ativo mantido para venda a controlada EDP Transmissão Litoral Sul. Desta forma a referida controlada deixou de ser consolidada nas demonstrações financeiras.

15.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	EDP Transmissão Litoral Sul (*)		EDP Transmissão Norte		EDP Transmissão Norte Nordeste 1	
	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Patrimônio líquido - Saldo inicial	408.196	593.613	227.818	7.549		
Aumento de capital		59.000	262.500	5.000	8.047	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital				88.400		
Distribuição de dividendos aos acionistas	(10.677)	(11.074)	(32.174)	(30.890)		
Lucro líquido do exercício	44.957	46.626	135.469	44.435	(498)	
Patrimônio líquido - Saldo final	442.476	688.165	593.613	114.494	7.549	
Percentual de participação societária - %	100%	100%	100%	100%	100%	
Participação nos investimentos	442.476	688.165	593.613	114.494	7.549	
Valor Justo do Investimento	57.199					
Saldo contábil do investimento na Controladora	499.675	688.165	593.613	114.494	7.549	

(*) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia classificou como ativo mantido para venda a controlada EDP Transmissão Litoral Sul. Desta forma a referida controlada deixou de ser consolidada nas demonstrações financeiras.

16 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16.1 Composição do imobilizado

	Controladora e Consolidado							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	67	(49)	18	3,00	67	(51)	16
Máquinas e equipamentos	14,00	795	(738)	57	14,00	795	(708)	87
Móveis e utensílios	6,25	322	(278)	44	6,00	322	(272)	50
Total do imobilizado em serviço		1.184	(1.065)	119		1.184	(1.031)	153
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,59	66	(66)	-	4,59	270	(152)	118
Veículos	39,64	787	(630)	157	16,96	996	(837)	159
Total Ativos de direito de uso		853	(696)	157		1.266	(989)	277
Imobilizado em curso								
Transmissão				-		11		11
Administração		557		557		437		437
Total do imobilizado em curso		557	-	557		448	-	448
Total imobilizado		2.594	(1.761)	833		2.898	(2.020)	878

16.2 Movimentação do imobilizado

	Controladora e Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Depreciações	Baixas	Transferência para Ativo Mantido para Venda (Nota 14)	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	16		2			18
Máquinas e equipamentos	87		(30)			57
Móveis e utensílios	50		(6)			44
Total do imobilizado em serviço	153	-	(34)	-	-	119
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	118		(44)	(74)		-
Veículos	159	208	(193)	(17)		157
Total Ativos de direito de uso	277	208	(237)	(91)	-	157
Imobilizado em curso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	24					24
Máquinas e equipamentos	413	44			(390)	67
Outros	11	466		(11)		466
Total do imobilizado em curso	448	510	-	(11)	(390)	557
Total do imobilizado	878	718	(271)	(102)	(390)	833

17 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada sobre o valor do intangível, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

17.1 Composição do intangível

	Controladora e Consolidado							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	21,35	25.405	(17.856)	7.549	21,84	15.538	(13.216)	2.322
Transmissão					2,08	63.851	(6.650)	57.201
Direito de concessão - Transmissão								
Total do Intangível em Serviço		25.405	(17.856)	7.549		79.389	(19.866)	59.523
Intangível em curso								
Comercialização								
Software		7.076		7.076		14.432		14.432
Total do Intangível em curso		7.076	-	7.076		14.432	-	14.432
Total do intangível		32.481	(17.856)	14.625		93.821	(19.866)	73.955

17.2 Movimentação do intangível

	Controladora e Consolidado						
	Nota	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Transferência para Ativo Mantido para Venda (Nota 14)	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em serviço							
Software		2.322		10.076	(4.670)	(179)	7.549
Direito de concessão - Transmissão		57.201				(57.201)	-
Total do intangível em serviço		59.523	-	10.076	(4.670)	(57.380)	7.549
Intangível em curso							
Software	17.2.1	14.432	3.760	(10.076)		(1.040)	7.076
Total do Intangível em curso		14.432	3.760	(10.076)	-	(1.040)	7.076
Total do intangível		73.955	3.760	-	(4.670)	(58.420)	14.625

17.2.1 Softwares - Ingressos

O montante de R\$3.760 refere-se, substancialmente, a gastos com o desenvolvimento de soluções e sistemas de negociação de energia, focados em processos de precificação, registros, contratos, dados energéticos, meteorológicos e de inteligência de mercado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18 Fornecedores

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Circulante		Circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica	26.1	387.703	266.945	387.703	266.945
Materiais e serviços	18.1	644	1.162	2.903	25.870
Total		388.347	268.107	390.606	292.815

O valor total referente às garantias de fornecedores mencionados acima é de R\$244.604 em 31 de dezembro de 2025 (R\$141.144 em 31 de dezembro de 2024).

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

18.1 Materiais e serviços

O montante em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$2.093 no Consolidado, é composto, principalmente por: (i) fornecedores da obra de construção da linha de transmissão; e (ii) custos com engenharia para construção da infraestrutura de transmissão elétrica. A redução observada em 2025 deve-se, principalmente, à entrada em operação da controlada EDP Transmissão Norte.

19 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos

Foi aprovada em AGO, realizada em 30 de abril de 2025, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$195.378, da seguinte forma: (i) R\$9.769 como Reserva Legal; (ii) R\$31.877 como JSCP; (iii) R\$19.307 como dividendos mínimos obrigatórios; e (iv) R\$134.425 como reservas de retenção de lucros da Companhia.

JSCP

Em RCA - Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de dezembro de 2025, foi aprovada a constituição de JSCP relativo ao exercício de 2025, no montante de R\$63.814, sendo R\$54.242 líquido de imposto de renda.

Os JSCP foram pagos aos acionistas em 04 de abril de 2025, enquanto os dividendos foram pagos em 29 de dezembro de 2025.

Segue abaixo a movimentação dos dividendos no exercício:

Ativo	Controladora				
	Dividendos			Recebimen- tos	31/12/2025
	31/12/2024	Obrigatórios	Adicionais		
EDP Transmissão Litoral Sul	10.677	31.000	50.000	(60.677)	31.000
EDP Transmissão Norte	32.174	11.074		(32.174)	11.074
EDP Transmissora Norte Nordeste 1	-	30.890			30.890
	42.851	72.964	50.000	(92.851)	72.964

Passivo	Controladora e Consolidado			
	31/12/2024	JSCP	Pagamentos	31/12/2025
	EDP - Energias do Brasil	46.402	54.242	(46.402)
	46.402	54.242	(46.402)	54.242

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20 Debêntures
20.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado						
											31/12/2025			31/12/2024			
											Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
			Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante										
Moeda Nacional																	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	575.000	1	575.000	1ª emissão em 15/02/2024	15/02/2024 a 15/02/2034	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	IPCA + 6,05% a.a.	Principal anual a partir de Fevereiro/2032 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	13.967	548.523	562.490	13.467	528.380	541.847	
(-) Custos de emissão				(18.628)	15/02/2024 a 15/02/2034				Amortização mensal			(14.889)	(14.889)		(16.935)	(16.935)	
Total geral											13.967	533.634	547.601	13.467	511.445	524.912	

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$562.490 (R\$541.847 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.2 Movimentação das debêntures

	Controladora e Consolidado							
	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Varição monetária e cambial	Saldo em 31/12/2025
Circulante								
Juros	13.467	(39.613)	40.113					13.967
Custo de transação	-			(2.046)		2.046		-
	13.467	(39.613)	40.113	(2.046)	-	2.046	-	13.967
Não circulante								
Principal	528.380				(9.291)		29.434	548.523
Custo de transação	(16.935)			2.046				(14.889)
	511.445	-	-	2.046	(9.291)	-	29.434	533.634

20.3 Vencimento das parcelas

Controladora e Consolidado

Circulante	
2026	13.967
	13.967
Não circulante	
2032	223.096
2033	190.268
2034	120.270
	533.634
Total	547.601

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

As debêntures contratadas em 2025 têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

• Para a 1ª emissão:

(i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) R\$200.000 para a Garantidora; e (b) R\$95.000 para a Emissora, ou seu equivalente em outras moedas;

(ii) concessão de mútuos pela Emissora aos seus acionistas diretos e indiretos, ou a quaisquer terceiros, exceto para suas controladas, ou se aprovado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação;

(iii) redução de capital social da Companhia para valor de capital social inferior a R\$10.000, exceto na ocorrência de quaisquer das seguintes situações: (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (b) para a absorção de prejuízos;

(iv) protesto de títulos contra a Companhia e/ou contra a Garantidora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a (a) para a Garantidora R\$200.000, ou seu equivalente e desde que em outras moedas; e (b) para a Emissora, R\$95.000, exceto se, no prazo de 10 dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia e/ou pela Garantidora, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;

(v) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de sentença judicial, transitada em julgado e/ou decisão arbitral final não sujeita a recurso contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) R\$200.000 para a Garantidora; e (b) R\$95.000 para a Emissora, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão arbitral;

(vi) não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Financeira Líquida Consolidada/ EBITDA Garantidora indicado abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.2 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras da Garantidora, sendo que:

Dívida Financeira Líquida Consolidada: significa a soma de empréstimos e financiamentos de curto prazo, duplicatas descontadas, debêntures de curto prazo, empréstimos e financiamentos de longo prazo, debêntures de longo prazo, menos o resultado da soma de disponibilidades em caixa, títulos e valores mobiliários e saldos de aplicações financeiras da Garantidora, inclusive vinculadas, classificadas no curto e longo prazo com base nas Demonstrações Financeiras da Garantidora;

EBITDA Garantidora: significa o lucro ou prejuízo líquido, acrescido da contribuição social ou imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, depreciação e amortização da Garantidora em bases consolidadas, relativo aos 12 meses imediatamente anteriores.

Índice Financeiro período:

Menor ou igual a 3,50 x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024;

Menor ou igual a 4,00 x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2027;

Menor ou igual a 4,25 x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2028 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2030;

Menor ou igual a 4,50 x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2031 em diante;

(vii) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros, exceto pela presente Escritura de Emissão (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior (a) para a Garantidora ao montante total de R\$200.000 ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Emissora no montante total de R\$95.000.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

21.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

											Controladora e Consolidado			
											31/12/2024			
											Encargos	Principal		
Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
BNDES / Nº 21.2.0390.1	250.000	30/11/2021	75.000	30/11/2021 a 15/12/2035	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Da EDP - Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5 de 2021 até 2024, 4,00 de 2025-2027, 4,25 de 2028-2030, 4,50 de 2031-2025, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 5,927366% a.a.	Juros no período de carência trimestral até 08/2022 , após segue mensal. Principal e juros mensais a partir de 09/2022	a.Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	516	18.834	186.757	206.107	
(-) Custo de transação	2.611	30/11/2021	2.611	30/11/2021 a 15/12/2035				Amortização mensal do custo de transação			(771)	(3.702)	(4.473)	
Total										516	18.063	183.055	201.634	

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias de empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$206.107 em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, não há garantias constituídas.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.2 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Controladora e Consolidado						Valor líquido em 31/12/2025
	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária	
Circulante							
Principal	18.834	(210.434)		194.270		(2.670)	-
Juros	516	(10.559)	10.043				-
Custo de transação	(771)			(3.702)	4.473		-
	<u>18.579</u>	<u>(220.993)</u>	<u>10.043</u>	<u>190.568</u>	<u>4.473</u>	<u>(2.670)</u>	<u>-</u>
Não circulante							
Principal	186.757			(194.270)		7.513	-
Custo de transação	(3.702)			3.702			-
	<u>183.055</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(190.568)</u>	<u>-</u>	<u>7.513</u>	<u>-</u>

22 Provisões

	Nota	Controladora		Consolidado			
		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	22.1	1.251	1.612			4.844	8.461
Licenças ambientais	22.2			1.477	1.959	919	1.907
Contraprestação contingente		871	771			871	771
Total		<u>2.122</u>	<u>2.383</u>	<u>1.477</u>	<u>1.959</u>	<u>6.634</u>	<u>11.139</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas.

22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Controladora e Consolidado								
		Passivo				Ativo				
		Saldo em 31/12/2024	Constituição	Baixas Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Ativo mantido para venda (Nota 14)	Saldo em 31/12/2025	Depósito Judicial	
Trabalhistas	22.1.1.1	5	82	(41)		6	(5)	47		31
Cíveis	22.1.1.2	6.819	1.278	(511)		714	(4.713)	3.587	8.610	4.184
Fiscais	22.1.1.3	878	17	(17)		54	(24)	908	371	371
Outros		759	5	(75)	(386)		(1)	302		
Total Não circulante		<u>8.461</u>	<u>1.382</u>	<u>(644)</u>	<u>(386)</u>	<u>774</u>	<u>(4.743)</u>	<u>4.844</u>	<u>9.012</u>	<u>4.555</u>

O valor total referente às garantias de provisões prováveis em 31 de dezembro de 2025 na Companhia é de R\$91 (R\$89 em 31 de dezembro de 2024).

22.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial na Companhia e na controlada EDP Transmissão Norte.

22.1.1.2 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada EDP Transmissão Norte para a construção da linha de transmissão. Durante o exercício de 2025, na EDP Transmissão Norte houve a alteração de risco de 35 casos no montante de R\$1.244, que passou de remoto para provável.

22.1.1.3 Fiscais

Processo judicial da Companhia em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento da multa de PIS e COFINS do período de 2004 e reconhecimento da denúncia espontânea, sendo que o débito está garantido por depósito judicial. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$804 (R\$755 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente aguarda-se o cumprimento da sentença e conversão do depósito.

Processos judiciais entre a Companhia e o Estado do Rio Grande do Sul, os quais discutem a cobrança do ICMS substituição tributária referente aos períodos de 2008 a 2013. O valor em 31 de dezembro de 2025 é de R\$104 (R\$99 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente, os processos aguardam o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

22.1.2 Risco de perda possível

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Controladora		Ativo		Consolidado		Ativo	
		31/12/2025	31/12/2024	Depósito Judicial	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Depósito Judicial
Trabalhistas	22.1.2.1		34			55	864	29	14
Cíveis	22.1.2.2	62.025	57.600	11.842	11.062	62.025	57.600	11.842	11.062
Fiscais	22.1.2.3	6.465	10.388			6.465	10.474		
Total		<u>68.490</u>	<u>68.022</u>	<u>11.842</u>	<u>11.062</u>	<u>68.545</u>	<u>68.938</u>	<u>11.871</u>	<u>11.076</u>

O valor total referente às garantias de provisões possíveis em 31 de dezembro de 2025 na Companhia é de R\$311 (R\$1.425 em 31 de dezembro de 2024).

22.1.2.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial na Companhia e na controlada EDP Transmissão Norte. Durante o exercício de 2025 houve ingressos de novos processos que totalizam o montante de R\$157.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



22.1.2.2 Cíveis

• A Companhia impetrou o mandado de segurança nº 0004449-79.2004.4.01.3400 com pedido de liminar contra a ANEEL, atualmente em trâmite perante a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região em Brasília, visando a suspensão do encargo a ser destinado à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cobrada pela Resolução da ANEEL nº 12/04, em razão da Companhia não ser mais o sujeito passivo do encargo, conforme artigo 13 da Lei nº 10.438/02 e MP nº 144/03, sendo atribuído aos consumidores finais. Em setembro de 2006 foi publicada sentença que julgou o pedido improcedente. A Companhia interps recurso de apelação e aguarda julgamento desde fevereiro de 2007. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2025 é de R\$51.145 (R\$43.496 em 31 de dezembro de 2024) e o valor do depósito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$11.842 (R\$11.062 em 31 de dezembro de 2024).

• Processo nº 20000-84.2013.4.01.3400 - Ação Ordinária proposta no ano de 2013 pela ABRACEEL, representando todas as suas associadas, em face da União, objetivando a nulidade dos artigos 2º e 3º e do Anexo da Resolução CNPE nº 03/2013, tornando inválida a referida resolução na parte que inclui os agentes de comercialização, representados pela autora, nos rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS). A ABRACEEL obteve a liminar para suspender os efeitos. Em 2014 foi proferida sentença favorável, afastando a aplicabilidade dos arts 2º e 3º do Anexo da Resolução CNPE nº 03/2013 em relação às empresas representadas pela ABRACEEL. Em 2º grau houve decisão favorável à ABRACEEL e atualmente aguarda-se julgamento dos recursos interpostos pela União. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2025 é de R\$7.634 (R\$6.492 em 31 de dezembro de 2024).

22.1.2.3 Fiscais

• Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$4.876 (R\$4.680 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente os demais processos aguardam julgamento.

• Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/PI e EFD Contribuições) do período de 2016. Não há valor de contingência com risco possível a ser reportada em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.261 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia obteve reconhecimento favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para remoto. Atualmente o processo aguarda julgamento.

22.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 na Controladora é de R\$448 (R\$466 em 31 de dezembro de 2024), nas controladas EDP Transmissão Norte é de R\$208 (R\$1.045 em 31 de dezembro de 2024), e EDP Transmissão Norte Nordeste 1 é de R\$75.

22.2 Licenças Ambientais

Nas controladas EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão Norte, os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

Estas controladas, seguem a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, as controladas investem em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares das controladas.

Segue abaixo as movimentações dos saldos das provisões no exercício das controladas EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão Norte.

	Consolidado					Ativo mantido para venda (Nota 14)	Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP		
Licenças ambientais							
Circulante	1.959	(415)	41	758	14	(880)	1.477
Não circulante	1.907		26	(758)	175	(431)	919
Total	3.866	(415)	67	-	189	(1.311)	2.396

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O Capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$586.679 (R\$384.679 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 32.606.384 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

Em AGE realizada em 13 de novembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital para R\$586.679, um aumento de R\$202.000, sem a emissão de novas ações, mediante aporte da acionista EDP - Energias do Brasil, em moeda corrente nacional, com a finalidade de investimento na Companhia (Nota 4.13).

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

23.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;
- 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		189.347	195.378
Constituição da reserva legal - 5%		(9.467)	(9.769)
		179.880	185.609
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	19	63.814	31.877
Dividendos obrigatórios	19		19.307
Dividendo adicional proposto	19		134.425
Lucro do exercício a deliberar	23.3.2	116.066	
		179.880	185.609
Dividendos por ação - R\$ - JSCP		1,95712	0,97764
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos			0,59213

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



23.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Reservas de lucros			
Legal	23.2	32.470	23.003
Retenção de lucros	23.3.1	328.357	193.932
Dividendo adicional proposto	19		134.425
Lucro do exercício a deliberar	23.2 e 23.3.2	116.066	
Total		476.893	351.360

23.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

23.3.2 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

24 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e suas controladas, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e de suas controladas, são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Comercialização

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Comercialização de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
- **Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo:** A receita é reconhecida pela realização do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia (Nota 10).

Transmissão

As receitas das controladas representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A referida margem é estimada pelas controladas levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término das Linhas de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pelas controladas, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que as controladas estão autorizadas a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia e por suas controladas, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Energia de curto prazo	24.1	23.132	16.077	23.132	16.077
Comercialização de energia elétrica	24.1	4.627.676	3.407.469	4.627.676	3.407.469
Receita de construção	13 e 24.2			85.143	168.230
Atualização dos Ativos da concessão	13			115.825	98.580
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	13			19.910	26.470
Parcela Variável	4.6			64.563	63.467
Outras receitas operacionais		4.177	1.335	4.177	1.335
Receita operacional bruta		4.654.985	3.424.881	4.940.426	3.781.628
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
ICMS		(34.214)	(89.471)	(34.214)	(89.471)
PIS/COFINS		(426.301)	(308.279)	(436.552)	(321.123)
		(460.515)	(397.750)	(470.766)	(410.594)
Encargos do consumidor					
P&D				(1.091)	(825)
Outros encargos				(456)	(302)
				(1.547)	(1.127)
		(460.515)	(397.750)	(472.313)	(411.721)
Receitas		4.194.470	3.027.131	4.468.113	3.369.907

24.1 Energia de curto prazo e Comercialização de energia elétrica

A variação dos saldos refere-se, substancialmente, à alteração no panorama geral dos preços de energia, que oscilaram ao longo do exercício e encerraram o período em alta. Essa variável foi fortemente influenciada por um cenário hidrológico desfavorável no Sistema Interligado Nacional ("SIN") e por fatores técnicos relacionados à consolidação das fontes renováveis, como a dificuldade do operador em atender à demanda de ponta.

24.2 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

A redução no exercício refere-se, substancialmente, à conclusão dos principais custos da linha de transmissão e dos custos relacionados à ampliação da Subestação SE Tubarão Sul, da controlada EDP Transmissão Litoral Sul.

25 Custo de construção da infraestrutura da concessão das controladas

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Terrenos			2.007
Servidão permanente	22.1.1.2	1.401	5.076
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.436	
Máquinas e equipamentos		86.715	118.839
Móveis e utensílios		4	33
Gastos ambientais			1.704
Consultoria/Assessoria de Riscos Operacionais			2.800
Gastos com viagens e veículos			2.100
Mão de Obra própria			1.500
Fiscalização de obra			1.100
Outros		96	6.085
	13	<u>89.652</u>	<u>141.244</u>

26 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e das controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Controladora					
		2025					
		Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	26.1	4.018.509					4.018.509
Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo	10	12.203					12.203
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	26.2		2.537			6.638	9.175
Material			7			36	43
Serviços de terceiros	26.3		298	597		6.059	6.954
Depreciação - Imobilizado em serviço			17			17	34
Depreciação - Ativos de direito de uso						237	237
Amortização						4.665	4.665
PECLD / perdas líquidas					7.445		7.445
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						(328)	(328)
Arrendamentos e aluguéis			63			183	246
Outras - Antecipação de recebíveis	4.12					32.062	32.062
Outras		11.226	1			711	13.059
Total		4.041.938	2.923	597	7.445	18.546	4.104.304

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Controladora								
2024								
	Nota	Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais			Total
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	26.1	2.895.155						2.895.155
Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo	10	20.632						20.632
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	26.2		7.502			6.289		13.791
Material			17			28		45
Serviços de terceiros	26.3		376	355		3.175		3.906
Depreciação - Imobilizado em serviço			18			42		60
Depreciação - Ativos de direito de uso						224		224
Amortização						2.017		2.017
PECLD / perdas líquidas					1.084		(569)	515
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							449	449
Arrendamentos e aluguéis			73			64		137
Outras		5.350	401			339		6.090
Total		2.921.137	8.387	355	1.084	12.178	(120)	2.943.021

Consolidado								
2025								
	Nota	Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais			Total
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	26.1	4.018.509						4.018.509
Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo	10	12.203						12.203
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	26.2		6.270			7.052		13.322
Material			1.042			55		1.097
Serviços de terceiros	26.3		14.030	597		6.737		21.364
Depreciação - Imobilizado em serviço			17			17		34
Depreciação - Ativos de direito de uso						288		288
Amortização			55			6.864		6.919
PECLD / perdas líquidas					8.210			8.210
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						(83)	(328)	(411)
Arrendamentos e aluguéis			293			189		482
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							(109)	(109)
Custo com construção da infraestrutura	25			89.652				89.652
Outras - Antecipação de recebíveis	4.12						32.062	32.062
Outras		11.226	7.076			847	1.121	20.270
Total		4.041.938	28.783	90.249	8.210	21.966	32.746	4.223.892

Consolidado								
2024								
	Nota	Custo do serviço de energia elétrica			Despesas operacionais			Total
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	26.1	2.895.155						2.895.155
Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo	10	20.632						20.632
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	26.2		10.415			6.551		16.966
Material			489			28		517
Serviços de terceiros	26.3		8.291	355		3.797		12.443
Depreciação - Imobilizado em serviço			18			42		60
Depreciação - Ativos de direito de uso						280		280
Amortização			23			4.680		4.703
PECLD / perdas líquidas					1.084		(569)	515
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							286	286
Arrendamentos e aluguéis			312			340		652
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							(3)	(3)
Custo com construção da infraestrutura	25			141.244				141.244
Outras		5.350	977			611	(2)	6.936
Total		2.921.137	20.525	141.599	1.084	16.329	(288)	3.100.386

26.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2025	2024
Energia de curto prazo		4.226	16.329
Contratos de comercialização de energia	26.1.1	4.433.433	3.174.166
Outros		(9.513)	(217)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(409.637)	(295.123)
		<u>4.018.509</u>	<u>2.895.155</u>

26.1.1 Contratos de comercialização de energia

A variação do saldo refere-se, substancialmente, às alterações no panorama geral dos preços de energia e na dinâmica de operação do mercado, que precisou se adaptar a um cenário de maior volatilidade de preços e, conseqüentemente, de maior liquidez.

26.2 Pessoal e Administradores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal				
Remuneração	4.028	4.702	6.068	6.242
Encargos	1.468	1.650	2.315	2.205
Previdência privada - Corrente	188	113	251	144
Despesas rescisórias	256	134	325	371
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	972	937	1.380	1.172
Outros benefícios - Corrente	937	1.148	1.610	1.687
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(4)	4	(2)	6
Outros	68	71	81	99
	<u>7.913</u>	<u>8.759</u>	<u>12.028</u>	<u>11.926</u>
Administradores				
Honorários e encargos	1.044	2.356	1.069	2.375
Benefícios dos administradores	218	2.676	225	2.665
	<u>1.262</u>	<u>5.032</u>	<u>1.294</u>	<u>5.040</u>
	<u>9.175</u>	<u>13.791</u>	<u>13.322</u>	<u>16.966</u>

26.3 Serviços de terceiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Serviços de consultoria	26.3.1	3.318	888	6.603	2.203
Serviços de manutenção	26.3.2			7.949	3.052
Serviços de informática		2.342	2.266	2.992	2.680
Serviços de publicação e publicidade		128	138	324	285
Serviços de telecomunicações		(42)	35	205	565
Serviços de transporte		94	63	586	280
Serviços Compartilhados		107	105	592	1.397
Outros		1.007	411	2.113	1.981
		<u>6.954</u>	<u>3.906</u>	<u>21.364</u>	<u>12.443</u>

26.3.1 Serviços de consultoria

O acréscimo nos serviços de consultoria resulta dos *fees* de gestão fornecidos pela controladora indireta EDP Portugal, associados ao programa EDP Match.

26.3.2 Serviços de manutenção

O aumento nos serviços de manutenção decorre da entrada em operação do trecho da subestação SE Tucumã, da controlada EDP Transmissão Norte.

27 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções	5	11.700	7.290	18.825	10.766
Energia vendida		64	85	64	85
Depósitos judiciais	12	804	697	2.149	1.998
Juros e multa sobre tributos	7	4.184	14.916	4.184	14.916
Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>	30.1.3			105	
(-) Juros capitalizados	13			(105)	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(783)	(1.093)	(783)	(1.095)
Outras receitas financeiras		91	203	103	243
		<u>16.060</u>	<u>22.098</u>	<u>24.542</u>	<u>26.913</u>
Despesas financeiras					
Encargos de dívida					
Empréstimos e financiamentos	21.2	(19.359)	(33.116)	(19.359)	(33.116)
Debêntures	20.2	(62.302)	15.252	(62.302)	15.252
Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>	4.10 e 30.1.3	8.202	(80.934)	8.202	(80.934)
Juros e multa sobre tributos	7	(19)	(25)	(29)	(130)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	22.1	(59)	(52)	(1.857)	(618)
Arrendamentos e aluguéis		(22)	152	(26)	147
Outros juros e variações monetárias		(7)	(89)	(289)	(792)
Outras despesas financeiras		(4.148)	(506)	(4.266)	(536)
		<u>(77.714)</u>	<u>(99.318)</u>	<u>(79.926)</u>	<u>(100.727)</u>
Total		<u>(61.654)</u>	<u>(77.220)</u>	<u>(55.384)</u>	<u>(73.814)</u>

28 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		177.536	184.157	188.837	195.707
Alíquota		34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL		(60.362)	(62.613)	(64.204)	(66.539)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva					
Doações		(143)	(129)	(143)	(129)
Perdas indedutíveis	6	(4.079)	(1.951)	(4.079)	(1.951)
Resultados de equivalência patrimonial		50.668	60.271		
Juros sobre o capital próprio		21.697	10.838	21.697	10.838
Outras		1.356	4.805	680	3.900
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	28.1	2.674		2.674	
Ajuste lucro presumido				43.813	53.498
Outras				72	54
Despesa de IRPJ e CSLL		<u>11.811</u>	<u>11.221</u>	<u>510</u>	<u>(329)</u>
Alíquota Efetiva		-6,65%	-6,09%	-0,27%	0,17%

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28.1 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores

O montante de R\$2.674, registrado na Controladora, decorre de processo de indébitos tributários conduzido pelo Jurídico Tributário. O ingresso desse processo gerou saldo negativo referente a exercícios anteriores. O referido processo encontra-se em andamento, aguardando etapas para sua utilização.

29 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia e de suas controladas pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	189.347	195.378
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	32.606	32.606
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	5,80712	5,99209

30 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

30.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

30.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

Nota	Níveis	Controladora				Consolidado				
		Valor justo		Valor contábil		Valor justo		Valor contábil		
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Ativos financeiros										
Valor justo por meio do resultado										
No reconhecimento inicial ou subsequentemente										
Caixa e equivalentes de caixa	5									
Aplicações financeiras		Nível 2	71.291	98.321	71.291	98.321	81.282	160.261	81.282	160.261
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10	Nível 2	3.830.622	1.717.320	3.830.622	1.717.320	3.830.622	1.717.320	3.830.622	1.717.320
Instrumentos Financeiros Derivativos										
Derivativos de debêntures	30.1.3	Nível 2	13.967		13.967		13.967		13.967	
			3.915.880	1.815.641	3.915.880	1.815.641	3.925.871	1.877.581	3.925.871	1.877.581
Custo amortizado										
Caixa e equivalentes de caixa	5									
Bancos conta movimento		Nível 2	3.774	2.407	3.774	2.407	4.676	2.689	4.676	2.689
Consumidores e concessionárias	6	Nível 2	398.309	270.095	398.309	270.095	402.208	283.137	402.208	283.137
Cauções	12	Nível 2	1.885	1.753	1.885	1.753	1.888	1.756	1.888	1.756
Outros créditos - Partes relacionadas	9	Nível 2	987	991	987	991	987	988	987	988
			404.955	275.246	404.955	275.246	409.759	288.570	409.759	288.570
Total			4.320.835	2.090.887	4.320.835	2.090.887	4.335.630	2.166.151	4.335.630	2.166.151
Passivos Financeiros										
Valor justo por meio do resultado										
No reconhecimento inicial ou subsequentemente										
Instrumentos Financeiros Derivativos										
Derivativos de debêntures	30.1.3	Nível 2	35.113	67.911	35.113	67.911	35.113	67.911	35.113	67.911
Contrato de compromisso futuro	10	Nível 2	3.531.405	1.404.656	3.531.405	1.404.656	3.531.405	1.404.656	3.531.405	1.404.656
			3.566.518	1.472.567	3.566.518	1.472.567	3.566.518	1.472.567	3.566.518	1.472.567
Custo amortizado										
Fornecedores	18	Nível 2	388.347	268.107	388.347	268.107	390.606	292.815	390.606	292.815
Debêntures	20	Nível 2	561.735	524.912	547.601	524.912	561.735	524.912	547.601	524.912
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21									
Moeda nacional		Nível 2		201.634		201.634		201.634		201.634
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	4.020	858	4.020	858	5.099	2.972	5.099	2.972
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	230	246	211	329	254	246	211	329
Licenças ambientais	22.2	Nível 2					2.308	3.796	2.396	3.866
			954.332	995.757	940.179	995.840	960.002	1.026.375	945.913	1.026.528
Total			4.520.850	2.468.324	4.506.697	2.468.407	4.526.520	2.498.942	4.512.431	2.499.095

30.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e suas controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e suas controladas desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

30.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

30.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, das Controladas e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e suas controladas às peculiaridades setoriais, o valor de empréstimos, das licenças ambientais e arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

30.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e as controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

30.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos na Companhia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. As controladas não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos contratados pela Companhia.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



			Controladora e Consolidado											
			31/12/2025			2025			31/12/2024			2024		
Contraparte	Vigência	Posição	Nocional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado			
Itaú BBA	28/02/2024 a 15/02/2034	IPCA + CDI + 0,60% a.a	575.000	562.489	(583.635)	(21.146)	8.202	541.847	(609.758)	(67.911)	(80.934)			
				562.489	(583.635)	(21.146)	8.202	541.847	(609.758)	(67.911)	(80.934)			

Os impactos dos ganhos e perdas no exercício de 2025, assim como a movimentação dos derivativos foram:

Controladora e Consolidado				
Efeito no Resultado				
Saldo em 31/12/2024	Liquidação	Juros provisionados	Variação monetária e cambial	Saldo em 31/12/2025
Hedge de valor justo				
Debêntures	(67.911)	38.563	(45.868)	(75.216)
Total	(67.911)	38.563	(45.868)	(75.216)

30.1.3.1 Contratos de swap

Em 28 de fevereiro de 2024, a Companhia contratou o instrumento financeiro derivativo *swap* classificado como *hedge accounting*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação através da troca do IPCA para a taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Itaú BBA (Nota 20).

30.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos do Grupo EDP - Energias do Brasil segue padrões globais e metodologias amplamente reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e a Norma ABNT NBR ISO 31000 (Gestão de Riscos). A governança do tema é definida na Política de Enterprise Risk Management, aprovada pelo Conselho de Administração e disponibilizada publicamente ao mercado.

A gestão do risco é responsabilidade da Risk Business Enablement Function (RISK), junto dos Centros de Excelência (CoE) e os Business Partners (BP), garantindo a articulação e a comunicação em todo o Grupo EDP - Energias do Brasil, sobre as principais fontes de exposição e medidas de mitigação dos riscos. Além disso, agentes regionais são definidos para garantir a avaliação dos riscos no contexto de cada região.

O modelo adota o conceito das três linhas de defesa, com uma possível quarta linha externa - em casos necessários, auditorias externas e supervisões regulatórias podem complementar o modelo.

(i) Colaboradores e áreas de negócio que gerenciam riscos no dia a dia. Detém a responsabilidade sobre os riscos mapeados e reporta diretamente para a alta administração.

(ii) Formada pelas áreas de Risco e Controle, fornece orientação metodológica e supervisiona a gestão dos riscos identificados.

(iii) Representada pela Auditoria Interna, oferece avaliações independentes que reforçam a solidez do sistema de gerenciamento.

Para garantir um entendimento integrado e uma linguagem comum, a Companhia e suas controladas organizam sua Taxonomia dos Riscos Corporativos em cinco categorias principais: Estratégico e ESG, Negócio de Energia, Financeiro, Contraparte e Operacional.

O processo de gestão está estruturado em cinco fases principais: Estabelecimento do contexto, Identificação, Análise, Avaliação, Tratamento, Monitorização e Comunicação.

30.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e de suas controladas apresentados nas notas 20 e 21, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado à IPCA e ao CDI.

Adicionalmente, a Companhia decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 10). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

Esta gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e suas controladas e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

30.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e suas controladas, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora e Consolidado							
		Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco		Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.275	232		232	54	108	(55)	(113)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	80.007	3.924		3.924	167	330	(171)	(346)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.885	245		245	73	147	(73)	(146)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	83.167	4.401	-	4.401	294	585	(299)	(605)
Swap - Ponta Passiva	CDI	(583.635)	(81.644)	(239.462)	(183.469)	(504.575)	(113.823)	(227.400)	117.523
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(583.635)	(81.644)	(239.462)	(183.469)	(504.575)	(113.823)	(227.400)	117.523
		<u>(500.468)</u>	<u>(77.243)</u>	<u>(239.462)</u>	<u>(179.068)</u>	<u>(504.281)</u>	<u>(113.238)</u>	<u>(227.699)</u>	<u>116.918</u>
Compromissos futuros	PLD	3.830.622		3.072.319	758.303	3.830.622	2.026.997	4.053.995	(2.026.997)
Instrumentos financeiros passivos	PLD	3.830.622	-	3.072.319	758.303	3.830.622	2.026.997	4.053.995	(2.026.997)
Compromissos futuros	PLD	(3.531.405)		(2.959.346)	(572.059)	(3.531.405)	(2.008.441)	(4.016.883)	2.008.441
Instrumentos financeiros derivativos	PLD	(3.531.405)	-	(2.959.346)	(572.059)	(3.531.405)	(2.008.441)	(4.016.883)	2.008.441
		<u>299.217</u>	<u>-</u>	<u>112.973</u>	<u>186.244</u>	<u>299.217</u>	<u>18.556</u>	<u>37.112</u>	<u>(18.556)</u>
Debêntures	IPCA	(562.489)	(79.795)	(262.154)	(227.459)	(75.006)	(155.194)	70.165	135.806
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(562.489)	(79.795)	(262.154)	(227.459)	(75.006)	(155.194)	70.165	135.806
Swap - Ponta Ativa	IPCA	562.489	79.795	262.154	227.459	75.006	155.194	(70.165)	(135.806)
Instrumentos financeiros derivativos	IPCA	562.489	79.795	262.154	227.459	75.006	155.194	(70.165)	(135.806)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração. O CDI entre 4,17% e 22,35% a.a. e IPCA entre 1,72% e 9,92% a.a.

Para a análise de sensibilidade do PLD das controladas EDP Trading e EDP Smart Energia são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de variações de 25% e 50% nas curvas de preço de energia no horizonte de 4 anos, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).

30.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados na nota 21.

A Administração da Companhia e de suas controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e de suas controladas são demonstrados nas rubricas: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), Consumidores e concessionárias (Nota 6), Compromissos Futuros (Nota 10) e Ativos da concessão (Nota 13), cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão. A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2025, têm em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Para a rubrica de Fornecedores - Suprimento de Energia, as garantias (Nota 32.2) estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia e suas controladas, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora e Consolidado						31/12/2024	
	31/12/2025							
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP		Total
Passivos Financeiros								
Fornecedores	1.335	1	389.270				390.606	292.815
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	1.847			3.252			5.099	2.972
Debêntures			13.967		533.634		547.601	524.912
Empréstimos e financiamentos							-	201.634
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos			64.519	214.686	181.413		460.618	751.754
Derivativos			32.277		2.836		35.113	67.911
Arrendamentos e aluguéis	21	20	184			(14)	211	329
Licenças Ambientais	82	939	480	730	520	(355)	2.396	3.866
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	81.433	257.616	1.327.672	1.873.303	1.032.018	(1.040.637)	3.531.405	1.404.656
	<u>84.718</u>	<u>258.576</u>	<u>1.828.369</u>	<u>2.091.971</u>	<u>1.750.421</u>	<u>(1.041.006)</u>	<u>4.973.049</u>	<u>3.250.849</u>

30.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 21. Em 31 de dezembro de 2025 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidas em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 32.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

30.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionadas às rubricas abaixo:

• Consumidores e Concessionárias

As comercializações de energia são geradas a partir de leilões e contratos bilaterais, todos devidamente registrados na CCEE. Estes mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Contudo, a Companhia possui uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de rating de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de default. Para cada rating de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

Em relação à pandemia da COVID-19, a Companhia tem contratos de energia com clientes livres e cativos, onde, no decorrer do exercício de 2020, alguns destes clientes solicitaram melhores condições de pagamento para aliviarem o impacto em seus fluxos de caixa e/ou acionaram a cláusula de Caso Fortuito ou Força Maior para suspenderem o pagamento do volume contratado enquanto durar a pandemia e pagar somente a energia efetivamente medida dos contratos. A Administração da Companhia procedeu com avaliação jurídica indicando que não há motivo para que esta cláusula seja acionada e, neste sentido, está apresentando propostas de parcelamento aos clientes e/ou tomando medidas judiciais cabíveis. Portanto, para o exercício de 2025 não houve registro contábil relativo ao risco de crédito.

• Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo

A Companhia mantém contratos de compromissos futuros bilaterais de curto e longo prazo. A mitigação de risco de inadimplência é obtida por cláusula específicas de garantia sempre de acordo com a capacidade financeira de cada contraparte, podendo essa garantia ser corporativa, bancária, seguro garantia ou registro contra pagamento, sendo essa última utilizada apenas com contrapartes específicas.

• Caixa, Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

30.2.4 Risco regulatório

As atividades da Companhia e de suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, CCEE, etc.). A Companhia e suas controladas têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

30.2.5 Riscos ambientais

As atividades das controladas podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da Controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

Para garantir a efetividade dessa abordagem, a Companhia adota práticas estruturadas de gestão de riscos ambientais, incluindo:

(i) Conformidade Legal e Licenciamento: Cumprimento rigoroso da legislação ambiental vigente, assegurando que atividades potencialmente poluidoras sejam previamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos competentes, com implementação das medidas mitigatórias exigidas; (ii) Identificação e Monitoramento de Riscos: Mapeamento e monitoramento contínuo dos aspectos e impactos ambientais em todas as operações, utilizando indicadores e ferramentas de gestão para antecipar riscos e definir planos de ação preventivos; (iii) Gestão Proativa e Mitigação: Atuação voltada à eliminação, redução e controle antecipado de riscos ambientais, prevenindo incidentes, acidentes e passivos, além de garantir comunicação transparente sobre medidas adotadas; (iv) Planos de Contingência e Melhoria Contínua: Desenvolvimento e implementação de planos de contingência e ações corretivas, assegurando a melhoria contínua da qualidade ambiental nos locais onde o Grupo EDP - Energias do Brasil opera; (v) Governança e Especialização Técnica: Equipes especializadas em temas socioambientais, que reportam à liderança e asseguram que os tópicos mais relevantes sejam tratados pela alta direção local, regional ou do Grupo, conforme a criticidade; e (vi) Certificações e Sistemas de Gestão: Implantação de sistemas de gestão ambiental certificados pela norma ISO 14.001 nas unidades em operação de geração centralizada, transmissão e distribuição de energia, garantindo conformidade com requisitos legais e padrões internacionais.

30.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

As controladas poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da controlada depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados das controladas.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pelas controladas, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pelas controladas poderá ser afetada de forma relevante, e as controladas poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais das controladas.

Visando mitigar este risco as controladas adotam, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, as controladas procuram a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

30.2.7 Risco técnico

A infraestrutura das controladas é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pelas controladas, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, as controladas contrataram seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 34).

30.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas em oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos	568.747	794.457	568.747	794.457
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(75.065)	(100.728)	(85.958)	(162.950)
(-) Cauções	(1.860)	(1.751)	(1.863)	(1.754)
Dívida líquida	491.822	691.978	480.926	629.753
Total do Patrimônio Líquido	1.063.572	736.039	1.063.572	736.039
Total do capital	1.555.394	1.428.017	1.544.498	1.365.792
Índice de alavancagem financeira - %	32%	48%	31%	46%

31 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

31.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2025					
		Controladora					
		Efeito não caixa					Saldo em 31/12/2025
Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Varição monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
	19	46.402	(46.402)			54.242	54.242
	20	524.912	(39.613)	29.434	(9.291)	42.159	547.601
	21	201.634	(220.993)	4.843		14.516	-
	30.1.3	67.911	(38.563)	(54.070)	45.868		21.146
		329	(257)		22	117	211
	23.1	384.679	202.000				586.679
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)		1.225.867	(143.828)	(19.793)	36.599	111.034	1.209.879
		2024					
		Controladora					
		Efeito não caixa					Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Varição monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Outros	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
		35.378	(35.378)			46.402	46.402
		-	540.164	20.118	(66.738)	31.368	524.912
		748.760	(487.242)	5.199		27.917	(93.000)
		-	(13.023)		80.934		67.911
		1.888	(398)		(152)	(1.009)	329
		221.679				70.000	93.000
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)		1.007.705	4.123	25.317	14.044	174.678	1.225.867
		Consolidado					
		Efeito não caixa					Saldo em 31/12/2025
Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Varição monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
	19	46.402	(46.402)			54.242	54.242
	20	524.912	(39.613)	29.434	(9.291)	42.159	547.601
	21	201.634	(220.993)	4.843		14.516	-
	30.1.3	67.911	(38.563)	(54.070)	45.868		21.146
		329	(293)		23	152	211
	23.1	384.679	202.000				586.679
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		1.225.867	(143.864)	(19.793)	36.600	111.069	1.209.879
		Consolidado					
		Efeito não caixa					Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Varição monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Outros	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
		3	-			(3)	-
		3	-	-	-	(3)	-
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
		35.378	(35.378)			46.402	46.402
		-	540.164	20.118	(66.738)	31.368	524.912
		748.760	(487.242)	5.199		27.917	(93.000)
		-	(13.023)		80.934		67.911
		2.104	(453)		(147)	(1.175)	329
		221.679				70.000	93.000
		1.007.921	4.068	25.317	14.049	174.509	-
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		1.007.918	4.068	25.317	14.049	174.512	1.225.867

31.2

Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Constituição de dividendos e JSCP a receber	122.964	42.851		
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	54.242	46.402	96.206	46.402
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências			2.583	6.369
Provisão para custos com licença ambiental nos ativos da concessão				1.642
Aumento de capital com integralização de AFAC		70.000		70.000
Aumento de capital em subsidiária com integralização de mútuos		93.000		93.000
Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC	59.000	220.000		
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	117	(1.009)	140	(1.175)
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão			1.215	11.706
Total	236.323	471.244	100.144	227.944

32

Compromissos contratuais e Garantias

32.1

Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de suas controladas, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia e de suas controladas.

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2025				31/12/2024
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	3.421	457			3.878
Obrigações de compra					2.927
Compra de Energia (*)	48.715	31.025			79.740
Encargos de conexão e Transporte de Energia	168	9			177
Materiais e serviços	142.316	12.835	804	313	156.268
	194.620	44.326	804	313	240.063

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2025				31/12/2024
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	3.273	534			3.807
Obrigações de compra					3.047
Compra de Energia (*)	46.893	38.965			85.858
Encargos de conexão e Transporte de Energia	161	10			171
Materiais e serviços	136.175	15.267	1.166	620	153.228
	186.502	54.776	1.166	620	243.064

(*) Em relação à compra de energia na Companhia, os compromissos de até quatro anos estão reconhecidos na nota 10.

32.2

Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Seguro de vida	Aval de acionista	6.464	6.125	6.464	6.125
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia.				1.558
Executante construtor	Seguro garantia			28.282	88.179
Outros	Seguro garantia	668		57.983	
		7.132	6.125	92.729	95.862

Os valores em garantias de Debêntures (Nota 20), Empréstimos e financiamentos (Nota 21), Fornecedores (Nota 18) e Provisões (Nota 22), estão demonstrados em suas respectivas notas.

33

Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

33.1

Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e da unidade de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

33.1.1

Demonstração do Resultado

	2025				2024			
	Comercialização	Transmissão	Eliminação	Total	Comercialização	Transmissão	Eliminação	Total
Receitas	4.194.470	273.643	-	4.468.113	3.027.131	342.776	-	3.369.907
Custo da produção e do serviço de energia elétrica								
Custo do serviço de energia elétrica	(4.041.938)			(4.041.938)	(2.921.137)			(2.921.137)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(89.652)		(89.652)		(12.138)		(12.138)
Custo de operação	(2.923)	(25.860)		(28.783)	(8.387)			(8.387)
Custo do serviço prestado a terceiros	(597)			(597)	(355)	(141.244)		(141.599)
	(4.045.458)	(115.512)	-	(4.160.970)	(2.929.879)	(153.382)	-	(3.083.261)
Lucro bruto	149.012	158.131	-	307.143	97.252	189.394	-	286.646
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	(7.445)	(765)		(8.210)	(1.084)			(1.084)
Despesas gerais e administrativas	(18.546)	(1.433)	(1.987)	(21.966)	(12.178)	(1.490)	(2.661)	(16.329)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(32.855)	109		(32.746)	120	168		288
	(58.846)	(2.089)	(1.987)	(62.922)	(13.142)	(1.322)	(2.661)	(17.125)
Resultado das participações societárias	149.024		(149.024)	-	177.267		(177.267)	-
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	239.190	156.042	(151.011)	244.221	261.377	188.072	(179.928)	269.521
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	16.060	8.482		24.542	22.098	4.815		26.913
Despesas financeiras	(77.714)	(2.212)		(79.926)	(99.318)	(1.409)		(100.727)
	(61.654)	6.270	-	(55.384)	(77.220)	3.406	-	(73.814)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	177.536	162.312	(151.011)	188.837	184.157	191.478	(179.928)	195.707
Tributos sobre o lucro								
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.675	(6.183)		(3.508)		(3.238)		(3.238)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.136	(5.118)		4.018	11.221	(8.312)		2.909
	11.811	(11.301)	-	510	11.221	(11.550)	-	(329)
Resultado líquido do exercício	189.347	151.011	(151.011)	189.347	195.378	179.928	(179.928)	195.378

33.1.2

Balanco Patrimonial

	31/12/2025				31/12/2024			
	Comercialização	Transmissão	Eliminações	Total	Comercialização	Transmissão	Eliminações	Total
Ativo circulante	2.880.049	149.895	(84.425)	2.945.519	1.461.049	167.708	(42.851)	1.585.906
Ativo não circulante	3.205.073	1.277.525	(1.212.623)	3.269.975	2.041.531	1.104.968	(1.102.639)	2.043.860
Passivo circulante	2.220.323	99.740	(35.827)	2.284.236	1.181.651	81.531	(42.851)	1.220.331
Passivo não circulante	2.801.227	103.597	(37.138)	2.867.686	1.584.890	147.509	(59.003)	1.673.396
Patrimônio Líquido e Não controladores	1.063.572	1.224.083	(1.224.083)	1.063.572	736.039	1.043.636	(1.043.636)	736.039

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



34 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações					446.960	200.000	240.572	200.000
Responsabilidade civil		50.000		50.000		150.000		150.000
Seguro de vida	5.490	(*)	6.125	(*)	8.290	(*)	8.049	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e suas controladas, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$31.795;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$150.000; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.657.

35 Evento subsequente

35.1 Rotação de Ativos de Transmissão - Lote Q

Em 31 de janeiro de 2026, a Companhia divulgou que concluiu a venda da linha de transmissão da controlada EDP Transmissão Litoral Sul (Lote Q), localizada nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O ativo possui 135 quilômetros de extensão e foi vendido ao EDEN Fundo de Investimento em Participações S.A., fundo gerido pela Actis.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Andre Renno Oliveira Costa
Vice-Presidente

João Manuel Brito Martins
Presidente

Maria Marta de Figueiredo Geraldes
Conselheira

Tomás Baldaque Sousa Soares da Silva
Conselheiro

Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferreira
Conselheiro

DIRETORIA

Andre Renno Oliveira Costa
Diretor-Presidente

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

Júlio César de Andrade
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor - Accounting SA

Cleber dos Santos Lima
Contador -CRC 1SP301263/O-8